
Título: POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Este documento contém detalhes da política de proteção de dados pessoais e é vinculativo à atuação, perante alunos, clientes, fornecedores e terceiros em geral, da **ESCOLA PARANAENSE DE AVIAÇÃO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.263.921/0001-46, com sede no Aeroporto Bacacheri – Hangar 40, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.515-180, bem como de suas filiais (**Filial do Rio de Janeiro/RJ**, com endereço à Rua Buenos Aires, nº 2, Sala 1502, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.070-022; **Filial de São Paulo/SP**, com endereço à Avenida Fagundes Filho, nº 191, Cj 37, Bloco A, Ed. Dallas Off Center, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, CEP 04.304-010, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.263.921/0009-01); **Filial de Belo Horizonte/MG**, com endereço à Praça Santo Antônio, nº 280, Aeroporto, Belo Horizonte/MG, CEP 31.270-860, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.263.921/0008-12; e **Filial de São José dos Pinhais/PR**, com endereço à Avenida Rocha Pombo, nº 2561, Bloco 2, Galpão Módulo 2A, no Município de São José dos Pinhais/PR, CEP 83.010-620, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.263.921/0010-37), doravante simplesmente “EPA”.

1. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OS PRINCIPAIS CONCEITOS EMPREGADOS

A **Lei nº 13.709/2018**, denominada “**Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**” ou apenas “**LGPD**”, trata de um conjunto de regras e princípios que conferem aos cidadãos um maior controle sobre o uso e divulgação de seus dados pessoais.

Para os fins do presente documento, são considerados especificamente os *dados pessoais objeto da proteção da LGPD*, e não todos os dados, em geral, tratados pela EPA, a exemplo de informações de *pessoas jurídicas* e quaisquer outros dados desvinculados a pessoas naturais (pessoas físicas).

Para melhor compreensão dos termos técnicos empregados na LGPD e neste documento, recomendamos a observância dos seguintes conceitos, determinados pelo art. 5º da referida lei, e abaixo comentados:

a) titular dos dados pessoais: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento – *é o “indivíduo humano” o protegido pela LGPD (e não a pessoa jurídica, por exemplo);*

Título: POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

b) dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável – *trata-se aqui dos dados pessoais gerais dos indivíduos, mais relacionados à sua identificação, a exemplo do estado civil, data de nascimento, número da Carteira de Identidade, número de inscrição no CPF/MF, número de telefone, endereços de residência e de e-mail, dados bancários, etc.*

c) dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural – *são os dados mais particulares do indivíduo, a exemplo destes, relacionados na LGPD;*

d) banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico – *a LGPD se aplica a todas as formas de armazenamento dos dados pessoais, a exemplo de arquivos impressos, mantidos em dispositivos ou mídias eletrônicas, inclusive em nuvem (cloud computing);*

e) tratamento de dados pessoais: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração – *em linhas gerais, refere-se a tudo o que se faz com o dado pessoal;*

f) anonimização de dado: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo – *trata-se, em linhas gerais, da utilização de técnicas de ocultação parcial ou total dos dados relacionados ao respectivo indivíduo;*

g) consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada – *é a anuência do indivíduo, manifestada ao agente, quanto ao tratamento dos seus dados pessoais;*

Título: POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

h) Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o Brasil;

i) Controlador de dados pessoais: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais – *é a EPA - ESCOLA PARANAENSE DE AVIAÇÃO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 75.263.921/0001-46, com sede no Aeroporto Bacacheri – Hangar 40, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.515-180;*

j) Operador de dados pessoais: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador - *são os colaboradores da EPA, aqui compreendidas as pessoas naturais que trabalham junto à empresa;*

k) Encarregado de dados pessoais: pessoa indicada pelo Controlador e Operador para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) – *é a pessoa também denominada “DPO – Data Protection Officer”; na EPA, é a pessoa indicada no item 9 abaixo.*

2. DECLARAÇÃO DE SIGILO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A EPA mantém um sólido compromisso quanto ao sigilo e à proteção dos dados pessoais tratados em sua atuação, zelando sempre pelo atendimento de todas as normas legais, éticas e profissionais pertinentes, garantindo aos titulares dos dados pessoais todos os direitos estabelecidos no art. 18 da LGPD:

a) o direito de obter do Controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

(i) a confirmação da existência de tratamento;

(ii) o acesso aos dados;

Título: POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- (iii) a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- (iv) a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- (v) a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- (vi) a eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;
- (vii) a informação das entidades públicas e privadas com as quais o Controlador realizou uso compartilhado de dados;
- (viii) a informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- (ix) a revogação do consentimento, a qualquer momento, mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação (conforme §5º do art. 8º da LGPD).

b) o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o Controlador perante a autoridade nacional;

c) o direito de se opor a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto na LGPD.

Cabe destacar que, na forma do §2º do referido art. 18 da LGPD, os direitos acima descritos podem ser exercidos pelo titular dos dados pessoais, por si ou por meio de representante legalmente constituído, mediante requerimento expresso.

3. QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO OBTIDOS E TRATADOS

Título: POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais envolvidos no tratamento são aqueles disponibilizados pelos próprios clientes, alunos e fornecedores, e serão utilizados para os fins contratados com a EPA, notadamente para comunicações, qualificação em cadastros, contratos e certificados, e quando exigidos pelas autoridades públicas competentes, para as finalidades legais, e em cada caso concreto.

4. COMO OCORRE O ARMAZENAMENTO E A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

A EPA mantém os dados em sistemas de informática localizados em sua sede e em serviços de nuvem (*cloud computing*) sediados nos EUA, e adota as melhores práticas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e para prevenir situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Essas práticas incluem, por exemplo, controles rígidos de acesso aos arquivos físicos ou informatizados, além de várias salvaguardas físicas, eletrônicas e procedimentais.

Embora a EPA realize a constante atualização de seus sistemas e procedimentos de proteção, é necessário esclarecer que nenhum sistema é completamente seguro. Assim sendo, é importante que o titular dos dados pessoais comunique imediatamente à EPA, por escrito, pelo canal de contato exclusivo referido no item 9 deste documento, sobre qualquer situação de que tenha conhecimento ou suspeite que envolva a violação de seus dados pessoais, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

5. COMO OS DADOS PESSOAIS PODEM SER COMPARTILHADOS

Quando for imprescindível para a realização das atividades da EPA e para o cumprimento das obrigações legais e contratuais a que esta está vinculada, os dados pessoais tratados por ela poderão ser compartilhados com outras empresas e profissionais envolvidos nos serviços contratados pelo cliente/titular dos dados, observadas as responsabilidades definidas pela LGPD quanto a cada agente de tratamento.

Além disso, os dados pessoais poderão ser compartilhados com autoridades judiciais, policiais, governamentais ou outros terceiros com quem esteja a EPA obrigada, por lei, norma regulatória ou ordem judicial, a compartilhá-los.

Título: POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

6. TÉRMINO DO TRATAMENTO E CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

O término do tratamento dos dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses, determinadas pelo art. 15 da LGPD:

- a)** verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
- b)** fim do período de tratamento;
- c)** comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no §5º do art. 8º da LGPD, resguardado o interesse público; ou
- d)** determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto na LGPD.

Vale destacar que, nos termos do art. 16 da LGPD, os dados pessoais poderão ser conservados pela EPA para as seguintes finalidades:

- a)** cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela EPA;
- b)** transferência a terceiros, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD; ou
- c)** para uso exclusivo da EPA nos respectivos trabalhos internos, mediante anonimização dos dados.

7. INCIDENTES DE SEGURANÇA E CASOS OMISSOS

Todo incidente de segurança, assim considerada toda violação ou suspeita de violação de dados pessoais armazenados pela EPA deverá ser imediatamente relatado(a) ao Encarregado definido no item 9 deste documento, que, dependendo da gravidade do caso, tomará as providências cabíveis.

Título: POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Eventuais casos omissos neste documento serão resolvidos pelo Encarregado, com base na legislação pertinente.

8. ALTERAÇÃO DESTE DOCUMENTO

O presente documento poderá ser alterado pela EPA a qualquer momento, sendo sua versão vigente disponibilizada por meio do website <https://epa.aero> e por outros canais de comunicação disponíveis.

Desta feita, é recomendável que os titulares dos dados pessoais consultem com regularidade o website acima indicado e verifiquem qual a versão vigente deste documento.

9. ENCARREGADO (“DPO – DATA PROTECTION OFFICER”) E CANAL EXCLUSIVO DE CONTATO

Para os fins da LGPD, o Encarregado de dados pessoais, indicado pela EPA, é a colaboradora **Erika Koch**.

Para exercício de seus direitos previstos na LGPD ou quaisquer informações adicionais sobre este assunto, o titular dos dados pessoais deverá contatar a EPA diretamente pelo e-mail compliance@epa.aero.